NOVA AUTONOMIA

Propostas concretas para aprofundar a Autonomia e acelerar o desenvolvimento socioeconómico da Madeira

Documento de base programática e posicionamento político

Síntese executiva

A Nova Autonomia deve ocupar um espaço de centro reformista autonomista: firme na exigência de mais poder regional, credível na gestão, pró-empresa sem ser socialmente indiferente, e intransigente na ética pública.

O eixo programático que melhor nos reflete é: mais Autonomia útil, mais transparência, menos burocracia, fiscalidade regional competitiva, habitação acessível, mobilidade mais barata, saúde com resultados e salários médios mais altos.

RASCUNHO

1. Enquadramento político e doutrinário

Os textos da Declaração da Ética Autonomista e da Doutrina Social Autonomista apontam para um projeto assente em cinco pilares: dignidade da pessoa, bem comum, subsidiariedade, solidariedade e pragmatismo orientado para resultados. A Autonomia surge como direito e dever de autogoverno, não como privilégio retórico.

Daqui resulta uma síntese política clara: a Nova Autonomia deve ser autonomista sem folclore, liberal na criação de riqueza, social na distribuição de oportunidades, exigente na ética pública e ambiciosa na afirmação internacional da Madeira.

Este posicionamento permite disputar três sensibilidades eleitorais complementares: o eleitorado social-democrata regional que valoriza estabilidade e obra; o eleitorado liberal que exige eficiência, concorrência e alívio fiscal; e o eleitorado cívico que reclama transparência, combate ao compadrio e serviços públicos mais próximos.

2. Posicionamento estratégico da Nova Autonomia

Assinatura política: ordem institucional, ambição económica e justiça social de proximidade.

Mensagem central: governar melhor a Madeira para que os madeirenses possam viver melhor na Madeira.

Proposta de identidade pública: “Mais Autonomia, melhor governação, mais futuro”.

Tom recomendado: reformista, sereno, tecnicamente competente, sem ressentimento, mas sem submissão perante Lisboa nem complacência perante interesses instalados.

3. Propostas políticas para aprofundar a Autonomia

3.1. Revisão do quadro autonómico

1. Defender uma revisão constitucional e estatutária que consagre uma cláusula de competência regional plena em todas as matérias não reservadas à soberania externa, à política monetária e ao sistema judiciário.
2. Exigir que o Estatuto Político-Administrativo da Madeira deixe de ser tratado como legislação derivada de segunda linha e passe a funcionar como verdadeiro instrumento orgânico de autogoverno regional.
3. Reforçar a participação obrigatória da Região em decisões nacionais e europeias que incidam sobre ultraperiferia, fiscalidade regional, mar, transportes, ambiente, energia, pescas e fundos europeus.
4. Criar uma estratégia gradual de representação externa da Madeira em redes atlânticas, de regiões ultraperiféricas, diáspora e pequenas economias insulares.

3.2. Autonomia financeira e fiscal

5. Reivindicar a reposição progressiva do diferencial fiscal máximo legal sobre IVA e IRS, com calendário plurianual e avaliação anual do impacto em receita, investimento e rendimento disponível.
6. Negociar uma nova geração da Lei de Finanças Regionais com três princípios: compensação integral dos custos permanentes da insularidade, previsibilidade plurianual das transferências e maior liberdade de desenho fiscal regional.
7. Criar uma regra regional de responsabilidade orçamental: baixa fiscal acompanhada por revisão de despesa, fusão de entidades redundantes, compras públicas centralizadas e auditoria permanente à despesa supérflua.

3.3. Ética pública, transparência e reforma institucional

8. Aprovar um pacote regional de integridade pública com registo de interesses obrigatório para governantes, deputados, dirigentes de institutos e administradores de empresas públicas regionais.
9. Regular a atividade de representação de interesses (lobby) na Região com agenda pública de reuniões, pegada legislativa dos diplomas, registo de lobistas e sanções por incumprimento.
10. Limitar cargos de nomeação política, publicar currículo e declaração de inexistência de conflito de interesses para cada nomeação, e sujeitar administradores públicos a avaliação anual por objetivos.
11. Reformar as empresas públicas regionais: fusão, extinção ou reestruturação das que não acrescentem valor mensurável.
12. Reforçar os poderes de inquérito e fiscalização da ALRAM, incluindo calendário vinculativo de resposta do Governo Regional e publicação integral de contratos, aditamentos e obras a mais.
13. Instituir concursos públicos digitais por defeito, com painel único de contratação regional e dados abertos.

RASCUNHO

4. Propostas económicas para transformar a estrutura produtiva

4.1. Um novo modelo de crescimento

14. Assumir como objetivo político a subida do salário médio regional através de produtividade, qualificação e atração de atividades de maior valor acrescentado, e não apenas por via administrativa.
15. Passar de um modelo excessivamente assente em turismo, construção e despesa pública para um modelo de quatro motores: turismo de valor, serviços internacionais, economia azul e conhecimento/digital.
16. Criar um Conselho Estratégico para a Competitividade Regional, com participação empresarial, universitária, profissional e da diáspora, para monitorizar metas anuais.

4.2. CINM 2.0: do enclave fiscal ao polo de substância económica

17. Reposicionar o Centro Internacional de Negócios da Madeira como plataforma de serviços transacionáveis com substância real, emprego qualificado e ligação à economia regional.
18. Condicionar novos benefícios máximos a critérios cumulativos: postos de trabalho qualificados, massa salarial regional, formação certificada, ligação à Universidade da Madeira, compra local de serviços e permanência mínima.
19. Desenvolver três especializações prioritárias no CINM: gestão internacional de serviços empresariais, tecnologia e dados, registos marítimo e aeronáutico.
20. Criar uma unidade comercial internacional altamente profissional para captação de investimento, com metas trimestrais, acompanhamento pós-instalação e articulação com consulados, diáspora e câmaras de comércio.

4.3. Fiscalidade, investimento e empresas

21. Introduzir um programa “Investir na Madeira em 30 dias”, com licenciamento empresarial acelerado, balcão único digital e gestor de processo para projetos estratégicos.
22. Criar crédito fiscal regional ao investimento produtivo, à inovação, à contratação jovem qualificada e à capitalização de PME.
23. Reduzir custos de contexto com revisão de licenças, taxas, pareceres e prazos máximos perentórios. O silêncio administrativo favorável deve ser regra em matérias de baixo risco.
24. Lançar um programa de atração de quadros e retorno da diáspora madeirense com incentivos à fixação de talento em saúde, engenharia, TIC, gestão, ciência do mar e educação.

4.4. Transportes, concorrência e custo de vida

25. Fazer da continuidade territorial uma agenda económica total: passageiros, mercadorias, digital, energia e acesso a serviços.
26. Abrir a concorrência no transporte marítimo de mercadorias e passageiros sempre que juridicamente possível, reduzindo integração vertical e opacidade de custos portuários e logísticos.
27. Negociar redução estrutural das taxas aeroportuárias e reforçar a defesa do residente nos transportes aéreos e marítimos.

RASCUNHO

28. Criar Observatório Regional de Custos da Insularidade com relatório trimestral sobre frete, energia, combustíveis, alimentação e habitação.

4.5. Mobilidade interna e território

29. Implementar um sistema regional integrado de mobilidade com bilhética única, informação em tempo real, passes harmonizados e rede intermodal entre operadores.
30. Reforçar a oferta de transporte coletivo nas zonas periféricas e nos trajetos pendulares casa-trabalho, com contratos de serviço público orientados por frequência, cobertura e pontualidade.
31. Criar parques dissuasores, corredores BUS, soluções de mobilidade suave e incentivos ao uso combinado de transporte público e estacionamento.
32. Articular planeamento urbano e habitação com eixos de transporte existentes, evitando dispersão urbana cara e congestionante.

4.6. Energia, água e sustentabilidade produtiva

33. Aprovar um plano regional de autonomia energética parcial com metas anuais de renováveis, armazenamento, microgeração doméstica e eficiência em edifícios públicos.
34. Reduzir a fatura energética das famílias de classe média com incentivos simples a painéis solares, reabilitação térmica e autoconsumo em condomínios.
35. Tratar água e floresta como infraestruturas económicas: investimento em retenção, combate a perdas, aproveitamento agrícola e prevenção estrutural de incêndios.

4.7. Agricultura, mar e economia azul

36. Defender uma política agrícola regional orientada para rendimento, escala cooperativa, diferenciação e substituição competitiva de importações em segmentos viáveis.
37. Ligar agricultura, floresta, paisagem e proteção civil, remunerando serviços ecossistémicos e gestão do território nas zonas altas e rurais.
38. Criar uma Agenda do Mar da Madeira com aquacultura sustentável, biotecnologia azul, investigação oceânica, reparação naval ligeira, dados marinhos e turismo científico.
39. Reforçar Porto Santo como polo de ciência do mar, reabilitação, desporto e experimentação sustentável.

5. Propostas sociais para uma Madeira de classe média forte

5.1. Habitação

40. Lançar um Programa Regional de Habitação de Classe Média centrado no aumento da oferta e não apenas em subsídios à procura.
41. Colocar terrenos públicos e património devoluto em bolsas transparentes para cooperativas, construção a custos controlados e arrendamento acessível.
42. Licenciamento urbanístico fast-track para projetos que reservem quota relevante a renda acessível ou venda a preço convencionado para residentes.
43. Incentivar construção modular e métodos industrializados sempre que cumpram exigência técnica e urbanística.
44. Criar garantia pública parcial para jovens casais e famílias de rendimento intermédio na aquisição da primeira habitação própria permanente.

RASCUNHO

5.2. Saúde

45. Definir uma estratégia de choque às listas de espera com metas públicas mensais, contratualização por resultados e integração complementar das respostas pública, social e privada.
46. Digitalizar percursos do doente, referenciação e gestão de exames, reduzindo duplicações e tempo perdido.
47. Criar incentivos de fixação para médicos, enfermeiros e técnicos em especialidades críticas e em zonas com maior escassez.
48. Reforçar medicina de proximidade, telemedicina e equipas domiciliárias para crónicos e idosos.
49. Implementar a real integração dos dados dos utentes entre sector público, setor privado e IPSSs.

5.3. Educação, talento e mobilidade social

50. Assumir a educação como grande política de mobilidade social: combate ao abandono, reforço de equipas multidisciplinares e exigência de resultados em português, matemática, ciência e competências digitais.
51. Criar um pacto entre escolas, empresas e Universidade da Madeira para formação técnica avançada em hotelaria de topo, TIC, saúde, energia, mar, gestão e direito regional.
52. Financiar bolsas de mérito e bolsas de permanência para jovens da Região em áreas estratégicas, com compromisso de regresso ou colaboração.
53. Internacionalizar a Universidade da Madeira como centro de excelência insular-atlântico em turismo sustentável, mar, clima, dados e autonomia regional comparada.

5.4. Trabalho, rendimentos e família

54. Promover acordos setoriais para progressão salarial associada a formação, produtividade e carreira, começando por turismo, tecnologia, saúde e logística.
55. Criar um programa regional de apoio à natalidade e parentalidade que combine creche, horário alargado, deduções regionais e apoio à conciliação família-trabalho.
56. Aliviar o custo de vida da classe média com descida fiscal gradual, melhor mobilidade e concorrência real em setores concentrados.
57. Reforçar respostas a idosos isolados, dependência, deficiência e saúde mental com base em proximidade territorial e cooperação com IPSS e misericórdias.

5.5. Cultura, identidade e coesão

58. Fazer da cultura madeirense um ativo de autoestima, identidade e economia: património, artes, língua, tradições, gastronomia e programação local.
59. Reabilitar centros históricos, percursos pedestres e património edificado com lógica de habitar, visitar e preservar.
60. Valorizar a diáspora madeirense como rede de investimento, diplomacia económica e influência cultural.

6. Agenda de primeiros 100 dias

61. Apresentar pacote de integridade pública e lobby regional.
62. Publicar auditoria independente às empresas públicas regionais e mapa de reestruturação.

RASCUNHO

63. Negociar com a República um memorando político sobre Lei de Finanças Regionais, continuidade territorial e diferencial fiscal.
64. Lançar balcão único do investidor regional.
65. Abrir bolsa pública de terrenos e imóveis para habitação acessível.
66. Publicar metas mensais para listas de espera na saúde e quadro de contratualização por resultados.
67. Criar task force para concorrência logística e redução do frete marítimo.
68. Anunciar bilhética regional integrada e revisão de rede de transportes coletivos.
69. Aprovar programa de fixação de talento jovem e regresso da diáspora.
70. Convocar Convenção da Autonomia com a Região Autónoma dos Açores para preparar propostas de revisão estatutária e constitucional.

5. Conclusão

A Nova Autonomia tem espaço político real se conseguir unir três promessas numa só: autogoverno mais forte, governação mais séria e prosperidade mais partilhada.

O movimento deve falar para a classe média madeirense que trabalha, paga impostos, quer estabilidade, exige seriedade e sente que a Região pode fazer muito melhor com mais autonomia e melhor governo.

O centro de gravidade do projeto deve ser este: uma Madeira mais livre para decidir, mais competitiva para crescer e mais justa para reter os seus filhos.

RASCUNHO